

Mulheres poderão se aposentar aos 25 anos de serviço e homens aos 30

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem emenda do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) dando às mulheres o direito de optar pela aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço. Os homens, de acordo com outra emenda, do Deputado Francisco Rossi (PTB-SP), poderão gozar da aposentadoria proporcional a partir dos 30 anos de trabalho. O texto do Relator Bernardo Cabral sobre aposentadoria integral foi mantido: aos 35 anos para os homens e aos 30 para as mulheres.

Foi aprovada também emenda do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) reduzindo de 65 para 60 a idade para a mulher requerer aposentadoria por velhice. Para o homem, foi mantida a idade de 65 anos.

O Líder do PT, Deputado Luiz Inácio da Silva, ainda tentou defender a aposentadoria por velhice aos 60 anos, para homens e mulheres, mas sua proposta foi prejudicada pela vo-



Nelson Carneiro: aposentadoria da mulher

tação anterior, que reduziu a exigência para as mulheres.

O Deputado Jofran Frejat (PFL-DF) tentou garantir aposentadoria especial para os profissionais de saú-

de, mas sua emenda foi rejeitada por 54 votos a 29. De acordo com o Relator auxiliar Almir Gabriel (PMDB-PA), a reivindicação de Frejat já está atendida no Artigo 230, alínea B, segundo o qual a lei ordinária poderá estabelecer prazo inferior para a aposentadoria dos trabalhadores rurais, noturnos, que operam em regime de revezamento, que exerçam atividade penosa, insalubre ou perigosa.

A aprovação do Artigo 230 regulamentará a questão da aposentadoria do trabalhador. Além dos casos citados, foi aprovada também a aposentadoria por invalidez, conforme previa o substitutivo. Tampouco foram alterados os parágrafos que asseguram, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de serviço na administração pública e na atividade privada rural ou urbana; a garantia de que nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário-mínimo; o que garante aposentadoria às donas-de-casa que contribuem para a seguridade social e o que impede subvenções do Poder Público às entidades com fins lucrativos.

Aluizio diz que o País precisa dos experientes

BRASÍLIA — O Ministro da Administração, Aluizio Alves, criticou ontem a decisão da Comissão de Sistematização de conceder aposentadoria proporcional à mulher aos 25 anos de serviço e defendeu 35 anos de serviço para o homem e 30 para a mulher. Segundo ele, decisões dessa natureza têm que levar em consideração que o Brasil não é um país de economia consolidada e que necessita do trabalhador experiente.

O Cadastro Nacional do Servidor Público registrou que apenas 6% dos inativos se aposentaram com mais de 60 anos. Os restantes 94% se aposentaram com cerca de 50 anos.

Aluizio Alves lembrou que, com a decisão da Comissão de Sistematização, a servidora que ingressar no serviço público aos 18 anos se aposentará aos 43. Ele considerou precoce esse limite e acha que 48 anos é uma idade razoável.

O Secretário de Recursos Humanos do Ministério, Marcondes Múndim, não quis comentar a decisão: disse apenas que se a Carta determina, o Governo tem que cumprir. Disse ainda que o que é concedido a título de vantagem social, o Governo não tem como medir o custo.

Noventa por cento do que a Previdência arrecada vêm das folhas de salários e os trabalhadores têm um limite de desconto: a contribuição máxima incide sobre 20 salários. Hoje, teoricamente, a maior aposentadoria paga pela Previdência corresponde a cerca de CZ\$ 34 mil. No entanto, 96% dos aposentados urbanos recebem entre um e cinco salários e, destes, cerca de 60% recebem apenas CZ\$ 2.750 (piso mínimo).

As aposentadorias por velhice e tempo de serviço são calculadas com base nas 36 últimas contribuições, mas a Previdência atualiza apenas o valor das 24 primeiras. Assim, se o último ano de atividade do trabalhador for marcado por uma alta taxa inflacionária, ele já sai perdendo, pois os valores não são corrigidos.

A situação é pior para quem requer a aposentadoria por invalidez: o cálculo é feito com base apenas nas 12 últimas contribuições sem qualquer correção dos valores pagos no último ano de atividade.

Técnicos da Previdência sustentam que se procura beneficiar os aposentados de renda mais baixa e mencionam o fato de que a grande maioria, que recebe o piso, tem recebido reajustes em índices superiores ao da política salarial.

Com salário integral, aos 35 e 30 anos de trabalho

BRASÍLIA — A aposentadoria será concedida aos 30 anos de trabalho para a mulher e aos 35 para o homem, com salário integral. Foi este o texto aprovado ontem pela Comissão de Sistematização, mas logo em seguida à aprovação do dispositivo os constituintes que o defenderam faziam a ressalva de que não era exatamente esta a intenção e, na redação final, ficaria especificado o limite de 20 salários-referência para pagamento dos aposentados.

A emenda foi apresentada por Floriceno Paixão (PDT-RS) e aprovada por 49 votos a favor, 36 contra e seis abstenções. Ela estava sendo objeto de um acordo entre vários partidos de esquerda com o MUP e uma parcela do PFL, mas a redação final ainda não estava concluída quando o Presidente da Mesa, Aluizio Campos, convocou a votação. Esta, segundo o próprio autor da proposta, foi a origem de uma série de desentendimentos que geraram grande polémica no plenário e um posterior acordo com o Relator Bernardo Cabral para que o texto fosse ajustado na redação final do projeto.

Como ficou redigido, o dispositivo permite que o trabalhador se aposente com o salário registrado no último contracheque. Este era o entendimento dos constituintes José Serra

e Antônio Brito, contrários à proposta de Paixão.

— Uma pessoa pode passar a vida inteira contribuindo para a Previdência sobre um salário mínimo e no último mês antes de se aposentar registrar em carteira 50 salários, recebendo, até o final da vida, o equivalente a este último valor — observava Serra ao próprio Floriceno Paixão, depois de promulgado o resultado da votação.

Contrariando Serra, Paixão argumentava que, no plenário da Assembleia, apresentaria emenda acrescentando ao texto a expressão "salário de contribuição integral", o que limitaria a aposentadoria, pelos padrões atuais, a 20 salários-referência.

Mais específico, Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ) informava que havia sido firmado um acordo com a Relatoria para a expressão já constar do texto do substitutivo aprovado, sem necessidade de uma emenda neste sentido no plenário. Para Salomão, o dispositivo seria até mesmo desnecessário, já que há um entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho que considera, para fins da Previdência, o "maior salário" como o "maior salário de contribuição".

Ainda ao caput do artigo 230, onde a matéria é regulamentada, Vladimir Palmeira (PT-RJ) tentou incluir o preceito de que a aposentadoria,

além de ser com salário integral, deveria garantir ao beneficiário o salário correspondente à função do trabalhador na ativa. Mendes Thame (PMDB-SP) defendeu a proposta com o princípio da isonomia, que já havia sido aprovado para os servidores públicos civis e militares. A emenda foi rejeitada por 48 votos contra 41, com duas abstenções.

Uma emenda coletiva de várias mulheres constituintes, pedindo aposentadoria para os homens aos 30 anos de trabalho e aos 25 para as mulheres, com salário integral, foi encaminhada pela Deputada Beth Azize (PSB-AM) e rejeitada pela Comissão mesmo sob a ameaça lançada da tribuna pela Deputada:

— Lembrem-se que hoje é sexta-feira 13 e não sei se quem votar contra a emenda chegará em casa a salvo.

No mesmo tom supersticioso, o Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) lembrou que duas sextas-feiras 13 já haviam marcado sua vida: a da sua cassação e o dia em que quebrou a perna, provocando uma deficiência que carrega até hoje.

— Mais uma vez não me assusto e não vou aceitar que se transfira para a Constituição matéria típica de legislação ordinária.

A emenda não passou: 50 a 37.

Telefone de Juan Carlos Gómez

APOSENTADORIA

Aprovados salário e reajustes integrais

BRASÍLIA — São os seguintes os dispositivos aprovados na manhã de ontem:

Título VIII
DA ORDEM SOCIAL
Capítulo II
DA SEGURIDADE SOCIAL
Seção II — Da Previdência Social

Art. 230. É assegurada aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para a preservação, em caráter permanente, de seu valor real, obedecidas as seguintes condições:

*) após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher.



Raoni, com o cocar, e seus companheiros escutam Fernando Henrique

Índios do Xingu buscam apoio na Constituinte

BRASÍLIA — Garantir a demarcação das suas terras e o poder de explorar o subsolo das reservas são as principais reivindicações das comunidades indígenas em relação ao capítulo VIII (Dos Índios), do título VIII (Da Ordem Social). Para isso, um grupo de representantes das comunidades do Xingu, liderados pelo cacique txucarramãe Raoni, esteve em visita, ontem, ao plenário da Constituinte.

Poucos antes, acompanhados por Marcos Terena, ex-assessor do Ministério da Cultura, apresentaram suas propostas ao Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e à Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Eles solicitaram o apoio dos dois parlamentares para a exclusão do artigo 264, cujo texto determina: "Os direitos previstos neste capítulo não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham convivência constante com a sociedade nacional e que não ha-

bitem terras indígenas".

Marcos Terena argumentou que não é justo um índio perder seus direitos constitucionais por estar afastado da sua comunidade. Além disso, a aculturação e a convivência com a sociedade nacional são sempre provocadas pelo homem branco. Segundo Terena, Fernando Henrique comprometeu-se a derrubar este artigo na votação de hoje.

Para pressionar os constituintes, índios caiapós, txucarramães, suiás e crenacarores comparecerão hoje às galerias. Ontem, Raoni, usando seu cocar, conseguiu ficar alguns minutos no plenário apesar de estar sem gravata, o que é proibido. Trocou rápidas palavras com os líderes do PT, Luís Inácio Lula da Silva (SP), do PCB, Roberto Freire (PE), do PC do B, Haroldo Lima (BA), do PSB, Jamil Haddad (RJ), e com outros parlamentares, recebendo promessas de apoio.

Noticiário do dia ocupa tempo da Sistematização

BRASÍLIA — A primeira meia hora da sessão de ontem da Comissão de Sistematização foi gasta com reclamações dos constituintes quanto a fatos noticiados pela imprensa. Enquanto alguns reclamavam das pressões do Governo pelos cinco anos de mandato para Sarney, outros queriam saber como será aplicado o dinheiro arrecadado pelo leilão de gado que a UDR patrocina em Brasília.

O pinga-fogo começou com o Relator Bernardo Cabral defendendo o Senador Albano Franco, que votou por engano pela nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo. Disse que Albano sempre lutou pelos interesses do empresariado e não pode ser crucificado agora.

Apesar dos apelos do Deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), que presidia a sessão, para que as questões políticas fossem tratadas na sessão ordinária da Constituinte, na próxima terça-feira, o Deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) solicitou a formação de uma cadeia de rádio e televisão para que o Deputado Ulysses Guimarães responda a Ronaldo Caiado. Arantes quer ainda que o Deputado Affif Domingos (PL-SP) esclareça declarações feitas à revista "Veja", na qual afirma que os empresários estão arrecadando cerca de US\$ 35 milhões (cerca de CZ\$ 2,1 bilhões) para garantir a aprovação de dispositivos constitucionais.

O Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) informou que o Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) estava entrando com uma ação criminal na Justiça contra o Presidente da UDR. Jefferson teria enviado também um requerimento à Secretaria da Receita Federal pedindo informações sobre a quem pertence os animais e objetos que estão sendo leiloados em Brasília e para onde será destinado o montante dos recursos arrecadados.

O Deputado José Genoíno (PT-SP) protestou contra as pressões do Governo para garantir o mandato de cinco anos para Sarney. Segundo ele, um deputado paulista — ele não citou o nome, mas se referia a João Cunha (PMDB-SP) — teve um amigo beneficiado com a concessão de uma emissora de TV. Para o parlamentar petista, o Presidente pode manifestar sua opinião política a qualquer momento, mas considerou inadmissível a troca de favores para cargos como forma de garantir a aprovação do mandato de cinco anos.

O Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) afirmou que as palavras de Genoíno não tinham razão de ser. Para ele, a Comissão de Sistematização estava funcionando com o único objetivo de criticar o Governo Sarney e reclamou que a ampla maioria de seus integrantes faz oposição ao Governo.